

Alerta Legislação nº 03, de 13 a 18 jan. 2025

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.288, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos Instantâneos - Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil. <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. <u>DECRETO Nº 12.358, DE 14 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Programa Mais Professores para o Brasil - Mais Professores. <u>LEI Nº 15.100, DE 13 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.
Prefeitura de São Paulo
<u>DECRETO Nº 64.008, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2025.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
16/01/2025 Edição Extra	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.288, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de

	Pagamentos Instantâneos - Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil.
15/01/2025	<u>DECRETO Nº 12.358, DE 14 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Programa Mais Professores para o Brasil - Mais Professores.
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 213, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 (Lei do Seguro Privado), para dispor sobre as sociedades cooperativas de seguros e as operações de proteção patrimonial mutualista, bem como sobre o termo de compromisso e o processo administrativo sancionador no âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep); (...). <u>LEI Nº 15.102, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Altera a Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, para estabelecer critérios adicionais para a recompra de cotas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor); (...). <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 212, DE 13 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; prevê instituição de fundo de equalização federativa; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e a Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023. <u>LEI Nº 15.100, DE 13 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Cultura	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MINC Nº 170, DE 10 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Comitê Gestor da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), criada pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.

Ministério da Educação	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA SEB/MEC Nº 101, DE 10 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Comitê Gestor Nacional do Programa Escola das Adolescências - CONAPEA e dispõe sobre suas atribuições, sua composição e seu funcionamento.
Ministério da Fazenda	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS <u>PORTARIA CARF/MF Nº 77, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Adota o Plano Diretor de Logística Sustentável no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.247, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Revoga a Instrução Normativa RFB nº 2.219, de 17 de setembro de 2024, e repristina as Instruções Normativas que especifica.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 857, DE 17 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado. <u>PORTARIA MJSP Nº 856, DE 17 DE JANEIRO DE 2025</u> Institui o Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força - CNMUDF. <u>PORTARIA MJSP Nº 855, DE 17 DE JANEIRO DE 2025</u> Regulamenta o <u>Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024</u>, e estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos profissionais de segurança pública.
Ministério da Pesca e Aquicultura	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPA Nº 409, DE 14 DE JANEIRO DE 2025</u> Estabelece, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, as normas, os critérios e os procedimentos para inscrição de pessoas jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria empresa pesqueira.
Ministério da Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPS Nº 83, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Altera a Portaria MTP nº 220, de 2 de fevereiro de 2022, que disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. <u>PORTARIA MPS Nº 57, DE 10 DE JANEIRO DE 2025</u> Estabelece, para o mês de janeiro de 2025, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal

	inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 6, DE 10 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10128.022473/2024-61).
Ministério das Cidades	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCID Nº 1.440, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024 (*)</u> Altera a Portaria nº 1.248, de 26 de setembro de 2023, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre limites de renda e participação financeira de beneficiários, subvenções e quitação das operações contratadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), e das operações contratadas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nos termos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MDS/MDA Nº 32, DE 13 DE JANEIRO DE 2025</u> Estabelece normas complementares para a articulação institucional e a execução conjunta entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, conforme dispõe a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº</u> <u>2/SENARC/SNAS/MDS, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Estabelece e divulga os procedimentos relativos à verificação e ao tratamento dos casos de famílias beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, que apresentem em sua composição candidatos eleitos nas Eleições de 2024.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO <u>PORTARIA Nº 57, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Altera critérios e procedimentos para o registro de produtos, insumos e serviços regulamentados pelo Inmetro e que tenham a conformidade avaliada no campo compulsório, aprovados pela Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, estabelecendo os critérios para a instauração do processo administrativo de

	suspensão e cancelamento do registro, bem como reforçando prazos e outras condições desse processo. SECRETARIA EXECUTIVA <u>PORTARIA SECEX Nº 381, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 686, de 9 de janeiro de 2025.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MMA/MCTI/MCID Nº 1.283, DE 10 DE JANEIRO DE 2025</u> (...) Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor do Programa Cidades Verdes Resilientes, com o objetivo de coordenar o planejamento, a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do referido Programa. (...) INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 1, DE 12 DE JANEIRO DE 2025</u> Altera a Instrução Normativa Ibama nº 22, de 22 de dezembro de 2021, que regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.
Banco Central do Brasil (BCB)	CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS ↳ Grupo de Trabalho de Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo <u>RESOLUÇÃO GTANR/COAF Nº 6, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Dar seguimento ao processo de revisão da Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Dinheiro, de Financiamento do Terrorismo e de Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (ANR), de que trata o art. 2º, § 2º do Regimento Interno do Grupo de Trabalho de Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Dinheiro, de Financiamento do Terrorismo e de Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, constante do anexo da Resolução GTANR/COAF nº 1, de 14 de abril de 2021, e considerando o disposto na Nota Técnica SEI nº 29/2023/Coaf.
Tribunal de Contas da União (TCU)	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) <u>PORTARIA-TCU Nº 14, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Atualiza o valor máximo da multa a que se refere o art. 58 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992. (...) Art. 1º Fica fixado em R\$ 86.646,75 (oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos), para o exercício de 2025, o valor máximo da multa a que se refere o caput do art. 58 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. (...)

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO) <u>RESOLUÇÃO CFO Nº 268, DE 9 DE JANEIRO DE 2025</u> Cria o Programa Nacional de Tecnologia da Informação dos Conselhos de Odontologia e dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
17/01/2025	<u>DECRETO Nº 69.317, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Transfere para a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo a administração das áreas do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga e do Parque Estadual Alberto Löfgren que especifica e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 69.314, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Introduz alterações no <u>Decreto nº 51.597, de 23 de fevereiro de 2007</u> , que institui regime especial de tributação pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes que tenham como atividade o fornecimento de alimentação. <u>DECRETO Nº 69.313, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Comunicação (SECOM)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SECOM Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre a apuração do índice agregado de cumprimento de metas - IACM da Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2023.
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO NUMERADA SCEIC Nº 09, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Estabelece critérios para todas as etapas do Contrato de Gestão.
Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDE Nº 07/2025</u>

	Dispõe sobre a apuração do índice agregado de cumprimento de metas - IACM da Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2023.
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 09, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Acrescenta dispositivo a Resolução SEDUC nº 105, de 29-11-2024, que dispõe sobre a jornada de trabalho ou carga horária dos docentes da rede estadual de ensino e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 08, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SEDUC nº 118 de 23 de dezembro de 2024, que institui o Projeto Desafios do Mundo Real para turmas do Ensino Médio, que visa promover a curiosidade intelectual e a habilidade de resolução de problemas utilizando conhecimentos das diferentes áreas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 07, DE 14 DE JANEIRO DE 2025</u> Estabelece práticas pedagógicas de Protagonismo Estudantil nas unidades escolares do Programa Ensino Integral e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 06, DE 14 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre a organização e o funcionamento das unidades escolares no âmbito do Programa Ensino Integral (PEI) e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 04, DE 10 DE JANEIRO DE 2025 [REPUBLICADA]</u> Estabelece o Calendário de Repasses dos Recursos do PDDE Paulista para o 1º semestre do ano letivo de 2025, com o objetivo de promover a melhoria da infraestrutura, desenvolvimento pedagógico e tecnológico nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino
Secretaria de Esportes (SESP)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SESP Nº 01, DE 10 DE JANEIRO DE 2025</u> Aprova o Código de Conduta e Ética dos Servidores da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CODEC Nº 01, DE 08 DE JANEIRO DE 2025</u> Estabelece a Política de Indicação dos administradores, membros de comitês estatutários e conselheiros fiscais nas empresas sob o controle direto ou indireto do Estado de São Paulo. SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>PORTARIA SRE 02, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Altera a Portaria CAT 92/98, de 23 de dezembro de 1998, que implanta e uniformiza procedimentos relativos ao sistema eletrônico de serviços dos Postos Fiscais Administrativos do Estado. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO <u>PORTARIA SUBPLAN Nº 02, DE 14 DE JANEIRO DE 2025</u>

	Dispõe sobre o cronograma de atividades do exercício 2024 do processo de Prestação de Contas do Plano Plurianual 2024-2027 <u>PORTARIA SUBPLAN Nº 01/2025, DE 13 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre a Prestação de Contas do Plano Plurianual 2024-2027
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV Nº 48, DE 14 DE JANEIRO DE 2025</u> (...) Artigo 1º - A contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado de São Paulo, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, das Universidades, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, fica estabelecida conforme Anexo I desta Portaria. (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 1, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Inclui os Anexos V e VI na Resolução PGE nº 61, de 26 de novembro de 2024(*). (*) <i>Institui Comissões, no âmbito do "Programa IMPACTA PGE", com a finalidade de realizar atividades voltadas à análise, investigação ou supervisão de assuntos específicos, atuando diretamente no campo operacional para implementar ações concretas e eficazes que promovam soluções e melhorias contínuas à Procuradoria Geral do Estado e Administração Pública.</i>
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 07, DE 14 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM, relativo à Bonificação por Resultados – BR, do exercício de 2023 para a Secretaria de Estado da Saúde.
Secretaria da Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº SSP-003/2025, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre o prazo para regulamentação dos procedimentos inerentes ao Decreto Nº 69.045, de 14 de novembro de 2024(*). (*) <i>Dispõe sobre a concessão de horário especial aos servidores, em decorrência da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Tema nº 1.097 da Repercussão Geral.</i>
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR Nº. 02/2025, DE 14/01/2025</u> Cria o Serviço de Acolhimento e Encaminhamento Institucional de Denúncias de Racismo – SAER e define regras e procedimentos para prevenção e acolhimento de queixas de racismo/injúria racial na Unicamp.

Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR Nº 8635, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> Dispõe sobre a concessão de bolsas de Pós-Doutorado, nos termos da Resolução nº 8241, de 26 de maio de 2022.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
14/01/2025	RESOLUÇÕES <u>RESOLUÇÃO Nº 946, DE 13 DE JANEIRO DE 2025</u> Altera dispositivos das Resoluções nº 783, de 1º de julho de 1997(*), e nº 822, de 14 de dezembro de 2001(**). (*) <i>Altera a Resolução nº 776, de 14/10/1996, que implantou a nova estrutura administrativa, cria o Núcleo de Qualidade e institui a verba de gabinete</i> (**) <i>Dispõe sobre a comprovação de despesas com o auxílio instituído pelo artigo 11 da Resolução nº 783, de 1º de julho de 1997.</i>
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
17/01/2025	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 04/25</u> (Regimes Próprios de Previdência – Previdência Complementar) O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no § 6º do art. 9º e art. 33 da Emenda Constitucional 103/19; §§ 14 a 16 do art. 40 e art. 202 da Constituição Federal e em face do disposto da Lei Complementar 109 de 2004 e da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar de 19 de fevereiro de 2004, COMUNICA AOS PREFEITOS DE MUNICÍPIOS QUE POSSUAM REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL QUE: A instituição do regime de previdência complementar deveria ter ocorrido até 13 de novembro de 2021, por lei de iniciativa do Poder Executivo, independentemente de possuírem servidores com remuneração acima do teto do RGPS. Os Municípios que já tenham aprovado a lei de instituição da Previdência Complementar e contrataram servidores com remuneração superior ao teto do RGPS devem comprovar a existência de Convênio/Termo de adesão com Entidade de Previdência Complementar ou comprovar que estão gerenciando o seu regime de previdência complementar, sem adesão a uma entidade fechada de previdência complementar. Outrossim, alertamos que o convênio de adesão à Entidade Fechada de Previdência Complementar deve ser precedido de processo de seleção pública, de acordo com os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal. Alerte-se que os Municípios que ainda não instituíram o Regime de Previdência Complementar poderão ficar sem a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, documento necessário para: realizar as transferências voluntárias de recursos pela União; celebrar acordos, contratos e convênios; bem como,

	para receber empréstimos e financiamentos de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União; liberar recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras; e receber os pagamentos referentes à compensação previdenciária. SDG, em 16 de janeiro de 2025. GERMANO FRAGA LIMA SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
15/01/2025	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 03/2025</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos órgãos jurisdicionados da área estadual, referenciados no artigo 123, combinado com artigo 124 das Instruções nº 01/2024 que, em decorrência da correção anual pela variação da UFESP, o valor atualizado de remessa a esta Corte, dos atos relativos a convênios e instrumentos jurídicos assemelhados, inclusive aditamentos, celebrados com órgãos públicos, vigente para o exercício de 2025 é igual ou superior a R\$ 20.938.914,03. SDG, em 14 de janeiro de 2025. GERMANO FRAGA LIMA SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
14/01/2025	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 01/2025</u> SISTEMA AUDESP – FASE V REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR – PRESTAÇÃO DE CONTAS (...)
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
17/01/2025	<u>LEI Nº 18.228, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> (Projeto de Lei nº 520/23, do Vereador Hélio Rodrigues – PT) Altera a Lei nº 16.573, de 18 de novembro de 2016, que institui o Programa Municipal do Artesanato Paulistano, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 64.008, DE 16 DE JANEIRO DE 2025</u> Fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2025.
16/01/2025	<u>LEI Nº 18.225, DE 15 DE JANEIRO DE 2025</u> (Projeto de Lei nº 825/24, do Vereador Milton Leite – UNIÃO) Dispõe sobre a alteração do caput do art. 50 e os incisos III e IV do § 6º do mesmo dispositivo da Lei nº 14.933, de 5 de junho de 2009(*), com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 16.802, de 17 de janeiro de 2018(**), e dá outras providências.

	(*) Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo. (**) Dá nova redação ao art. 50 da Lei nº 14.933/2009, que dispõe sobre o uso de fontes motrizes de energia menos poluentes e menos geradoras de gases do efeito estufa na frota de transporte coletivo urbano do Município de São Paulo e dá outras providências.
13/01/2025	<u>DECRETO Nº 64.006, DE 10 DE JANEIRO DE 2025</u> Define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social - HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP, nos termos do artigo 46 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, com a nova redação dada pelo artigo 14 da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti
ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>